

Algumas considerações sobre a questão sócio-reprodutiva no capitalismo avançado e a luta por direitos democráticos: a análise feminista-socialista de Lise Vogel

Patrícia Sampaio Cotta¹

Resumo

O objetivo desse artigo é levantar algumas considerações iniciais sobre a obra *Marxismo e a Opressão às Mulheres*, da Lise Vogel, em suas principais contribuições à economia política, no que diz respeito à questão das mulheres nos processos de reprodução social, e refletir a atualidade do texto. Apresentamos a sua visão acerca do caráter do trabalho doméstico e como isso se relaciona aos processos de reprodução do capital de forma mais ampla. Buscamos discutir as implicações desse pensamento sobre a questão da igualdade moderna, em especial o tópico dos direitos democráticos e as estratégias para alcançar a igualdade substantiva.

Palavras-chave: reprodução social; trabalho doméstico; direitos democráticos

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da UNICAMP/IE.

No último século, a despeito dos avanços no aspecto formal da igualdade, a persistência do fenômeno da desigualdade em diferentes aspectos da vida social, na produção, na política, na cultura, revela a tensão subjacente entre igualdade formal e igualdade substantiva para as mulheres. Não é de hoje que as organizações de esquerda têm tido dificuldade em incorporar a questão específica das mulheres e, portanto, encaminhar as soluções mais adequadas para enfrentar os problemas correlatos. Uma parte desse problema parece oriunda da falta de uma formulação teórica² capaz de explicar o problema da subordinação específica e relacioná-lo à reprodução social total: não como fenômenos abstratamente separáveis, mas enquanto momentos distintos de uma mesma totalidade.

O texto *Marxismo e a Opressão às Mulheres: em direção a uma teoria unitária* [Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory] foi publicado em sua primeira versão em 1983, tendo recebido relativamente pouca atenção da crítica especializada à época³. Talvez possamos considerar o balanço do período feito por Susan Ferguson e David McNally (2017), um período de recuo social para a esquerda, de avanço do neoliberalismo, de perdas substantivas das lutas sociais, crise do marxismo e desaprovação da procura por grandes narrativas de qualquer tipo⁴ como fatores para o esquecimento do debate.

De todo modo, abordagens recentes da chamada Teoria da Reprodução Social, com textos de Susan Ferguson (2019), Tithi Bhattacharya (2017), Cinzia Arruzza (2018), vêm reivindicando as contribuições de Lise Vogel. A filósofa Nancy Fraser, junto a Rahel Jaeggi (2020), num debate mais amplo na teoria crítica situam as contribuições da autora para a construção do feminismo marxista.

Pretendemos apresentar os contornos gerais do argumento presente em *Marxismo e a Opressão às Mulheres* no que diz respeito à questão das mulheres na reprodução da força de trabalho em sociedades capitalistas, e mais especificamente, de capitalismo avançado. Diversas elaborações⁵ já foram feitas no campo do feminismo socialista sobre o trabalho doméstico, e acerca do conflito entre os processos de reposição e renovação da força de trabalho, em boa parte realizada nos domicílios das famílias trabalhadoras, sobretudo pelas mulheres da classe trabalhadora; e o trabalho assalariado, formalmente subordinado ao capital, quer dizer, uma relação contraditória entre a esfera da produção e da reprodução. O isolamento de boa parte dos processos sociais reprodutivos à esfera doméstica, privada, familiar, “pessoal”, ajuda a naturalizar, a mascarar o movimento contraditório também no plano político, dos direitos formais, quer dizer, faz parecer que a discriminação às mulheres estaria assentada sobre a questão meramente ideológica, cultural.

² Para mais detalhes, ver a introdução ao livro da Vogel, segundo Susan Ferguson e David McNally (2017)

³ A crítica de Johanna Brenner (1984) é uma importante exceção.

⁴ “O surgimento do neoliberalismo, que, por conveniência, podemos datar a partir das eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan em 1979 e 1980, respectivamente, correspondeu a um novo período de recuo social para a esquerda, no qual os ganhos anteriores dos movimentos social e trabalhista foram agressivamente revertidos. Desorientados por um período de recuo, muitos grupos ativistas voltaram seus olhares para dentro, lutando para resolver os desafios político-organizativos que as políticas antirracistas e queer colocavam para sua presumida unidade e identidades. O recuo político também induziu deserções e reorientações teóricas. O comprometimento com políticas emancipatórias e revolucionárias, então, parecia cada vez mais ultrapassado, fora de contato com a fragmentação social e a cultura do consumismo que eram a marca de uma era pretensamente nova. O momento era propício, portanto, para a desaprovação das “grandes narrativas”, que era marca da teoria pós-moderna e pós-estrutural. Um culto ao particular tornou-se a ordem do dia, a procura por teorias unitárias de qualquer tipo era levemente dispensada como uma pitoresca busca de “modernistas” fossilizados.” (FERGUSON, MCNALLY, 2017).

⁵ À propósito do debate sobre o trabalho doméstico, uma boa sistematização é encontrada em Molyneux (1979), ver também Dalla Costa, James (1975); Federici (1975); Hartmann (1979);

Vogel parte de um conjunto de referências do debate sobre o trabalho doméstico, retoma os escritos de Marx e Engels para sistematizar a sua própria contribuição e avançar no problema da reprodução social capitalista. A questão do caráter dos processos de reprodução da força de trabalho, que é também a questão da subsunção do trabalho ao capital de forma mais ampla, é um elemento central dessa análise, e será uma espécie de fio condutor do exame da obra. Partindo de Marx, a autora também procura articular a contradição no âmbito político-econômico, o conflito entre igualdade formal e substantiva na sociedade burguesa às questões específicas das mulheres, seus fundamentos materiais frente à luta de classes, e levanta algumas questões estratégicas sobre a luta por direitos democráticos no capitalismo e na transição socialista.

1. Raízes da opressão às mulheres e a contradição sócio-reprodutiva potencial no capitalismo

Em sua obra *O Marxismo e a Opressão às Mulheres*, publicado em 1983, a autora sugere um quadro teórico para situar o fenômeno da opressão às mulheres em termos do fenômeno da reprodução social. Para ela é fundamental reconhecer a atualidade de Marx para pensar a subordinação específica e acrescenta: o ponto de partida é a perspectiva da reprodução social segundo Marx, mas o objetivo final é confrontar os problemas da opressão às mulheres e a condição para a sua libertação. Para tanto ela retoma alguns conceitos marxianos como se sabe, a força de trabalho, enquanto uma capacidade latente de produzir trabalho útil, é encontrada em todas as formas sociais. Ela é realizada quando é consumida no processo de trabalho, em determinado modo de produção. Todo modo de produção, por sua vez, enquanto um processo social de produção, precisa reproduzir-se para continuar produzindo, seja com o propósito de repor a subsistência da pessoa que trabalha ou repor as condições de trabalho. De certa forma, toda produção é também reprodução, reprodução dos meios para continuar produzindo:

Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução.

(MARX, 2013, p.782)

Marx (2013) [1867] dedicou-se à formulação da reprodução social geral, sistêmica, de qualquer modo de produção, como a própria reprodução da sociedade de classes. Os portadores da força de trabalho são mortais e sofrem desgaste. Ele diz que o processo de trabalho, de fluxo contínuo, precisa, portanto que esses indivíduos sejam repostos e renovados, reposição de uma capacidade de trabalho imediata, relativa ao desgaste de capacidades físicas e mentais da jornada diária, e renovados devido à morte ou saída da força de trabalho ativa. Vogel (2013, p.144) sustenta que, ainda que bastante úteis, esses processos – são frequentemente imprecisos em Marx e confundem-se sob o termo reprodução da força de trabalho. Ela diz que o autor aborda a questão da reprodução da força de trabalho usando o conceito consumo individual, para se referir ao consumo de meios de subsistência do indivíduo vivo, do produtor direto⁶. Vogel diz que o conceito consumo individual diz respeito aos processos diários de reposição imediata da capacidade de trabalhar do produtor direto, não abrange a renovação geracional de trabalhadores nem a manutenção de indivíduos fora do trabalho pago, como idosos e pessoas doentes. “Também não se refere ao recrutamento de novos

⁶ Diferente do conceito consumo produtivo, relativo ao processo social de trabalho, quer dizer, ao consumo de meios de subsistência do trabalho.

trabalhadores para o contingente da força de trabalho através de escravização ou imigração, por exemplo” (VOGEL, p.145, 2013).

A reprodução geracional da força de trabalho, por novos trabalhadores, levanta a questão de gênero, posto que isso implica a reprodução biológica dos seres humanos. Vogel é enfática a esse respeito: “seres humanos não se reproduzem por partenogênese. Mulheres e homens são diferentes” (2013, p. 146). Vogel sublinha que as diferenças biológicas entre homens e mulheres “constituem a pré-condição material para construção social das diferenças de gênero” (2013, p. 147), quer dizer, essas diferenças representam um fator material, mediado pela relação sexo/cultura. E sustenta que o significado da diferença biológica para a reprodução está situada a nível da reprodução social total; as características de uma construção de gênero são particulares a certo sistema social definido.

A autora conduziu a discussão até aqui num nível abstrato, independente de qualquer forma social. Ela passa a analisar essa questão especificamente na sociedade de classes, ainda que em diversas passagens afirme que a subordinação de mulheres não é exclusiva desse sistema. A propósito desse sistema, marcado pela exploração da força de trabalho, Marx (2013) contrasta dois conceitos, definidos em termos de uma jornada de trabalho diária: o trabalho necessário é a parte da jornada que o trabalhador dedica para prover meios de subsistência, para repor suas necessidades físicas, descansar, comer, beber, vestir-se, limpar-se, mas também as suas necessidades sociais, determinadas culturalmente, em troca do salário – o valor da força de trabalho, por sua vez, é determinado em relação ao mínimo necessário; o mais-trabalho é a porção da jornada que não lhe é paga, o que é expresso como um impulso do capital, uma avidez por mais-trabalho, apropriada pelo empregador. Vogel diz que Marx não é explícito em relação ao conceito de trabalho necessário e ao consumo individual, consumo individual aparece definido pelo consumo para autoconservação do produtor direto, trabalho necessário por vezes aparece vinculado à reposição do trabalhador e dos membros da classe subordinada, quer dizer, uma parte do trabalho necessário engloba repor as necessidades daqueles que “não-trabalham”.

A partir de suas reflexões sobre a economia política de Marx, Vogel levanta suas próprias considerações sobre o processo de reprodução da força de trabalho: em primeiro lugar, o salário adquirido como parte do trabalho necessário permite a compra de mercadorias brutas que por sua vez precisam ser elaboradas, preparadas para o consumo do produtor direto: refeições preparadas, roupas costuradas, etc. Uma parte concerne a prover meios de subsistência para os membros da classe subordinada que não estejam trabalhando de forma paga, idosos, doentes e esposas. Outro aspecto desse processo de trabalho pode envolver ainda a reprodução geracional dos futuros produtores diretos, a gestação e o cuidado das crianças, e acrescenta, apenas esse último aspecto requer um tipo de divisão sexual do trabalho de algum tipo, pelo menos mínimo. No que toca à questão da subsunção do trabalho ao capital, Vogel afirma que esses processos de trabalho têm certa autonomia. Em conjunto, esses aspectos compõem a indispensável reprodução da força de trabalho, e nesse sentido, a reprodução social geral. Ainda em relação à questão da autonomia relativa, Vogel sustenta que na sociedade capitalista surge uma distinção de dois componentes do trabalho necessário: “um componente é realizado junto ao trabalho excedente, o outro é realizado fora da esfera da apropriação do mais-trabalho” (2013, p.150).

As mulheres da classe subordinada, por gestar, parir e prover a lactação têm um papel especial na reprodução geracional de novos trabalhadores, considerando inclusive que elas também possam atuar como produtoras diretas. Vogel baseia-se em Paddy Quick, uma das primeiras a esboçar o argumento teórico, da relação entre a capacidade

de ter filhos e a apropriação de mais-trabalho⁷. Ela destaca a questão do significado da diferença entre homens e mulheres⁸ como um fator em conflito com objetivo de maximização excedente: do ponto de vista de curto prazo, a geração de filhos pode resultar em contribuição reduzida do trabalho das mães, enquanto faz-se necessário que elas sejam mantidas durante esse período. A princípio, parte do trabalho necessário destinado à sua manutenção poderia ser apropriado na forma de trabalho excedente. No longo prazo, a geração de filhos por mulheres da classe subordinada beneficia a classe dominante, para a renovação da força de trabalho. Nesse sentido, “do ponto de vista da classe dominante há uma contradição potencial entre a sua necessidade imediata de apropriação do trabalho excedente e sua demanda de longo prazo por uma classe que o realize” (VOGEL, p.151, 2013).

Vogel ressalta que qualquer tentativa de examinar a forma como se deu a resolução dessa contradição potencial compete à análise histórica de cada caso, não à teoria. Ela se propõe então a avançar esse argumento inicial, fazendo valer o peso da luta de classes na determinação histórica, e discutir suas implicações na questão dos direitos democráticos.

A autora sublinha que a forma como os detentores da força de trabalho vivem suas vidas é, a princípio, uma questão indiferente para a classe dominante. Mas essa é uma questão crucial do ponto de vista dos detentores da força de trabalho, e a forma como a reprodução da força de trabalho acontece, assim como a determinação do valor, é sempre uma questão de luta de classes (2013, p.158).

A respeito do caráter do trabalho doméstico, e no que diz respeito à sua inserção no modo de produção dominante sabemos, desde o *Capital*, que a jornada de trabalho se divide em dois momentos, uma parte da jornada é destinada à produção de valor equivalente às mercadorias necessárias para a subsistência do trabalhador, isso é trabalho necessário para Marx (2013); a outra parte da jornada é tempo de trabalho para o capital, assumindo a forma de trabalho excedente, ou mais-valia. Para Vogel, o trabalho necessário, por sua vez, tem duas formas de expressão, um componente social, ligado ao trabalho excedente, no processo de produção capitalista, e o componente doméstico. Vogel insiste, Marx não identificou o segundo componente, o que ela chama de componente doméstico do trabalho necessário, ou simplesmente trabalho doméstico, realizado *fora* da esfera da produção capitalista. Esse trabalho é importante para a reprodução da força de trabalho: ele geralmente é realizado antes que as mercadorias sejam consumidas e, quanto ao aspecto geracional, é responsável por renovar a força de trabalho. Ela afirma que a separação entre o trabalho necessário e o excedente é nublada pelo pagamento dos salários, como afirma Marx. Além disso, o trabalho doméstico se dissocia do trabalho assalariado, a arena na qual o excedente é realizado (2013, p. 159).

Vogel afirma que o impulso capitalista pela acumulação é um motor da separação das esferas, do trabalho doméstico e do trabalho assalariado. Com o aumento da acumulação, o ganho de produtividade e a industrialização levam à conformação de uma esfera regida pela eficiência, onde a classe capitalista impõe o controle rígido do tempo e dos processos de trabalho nas oficinas e nas fábricas. O trabalho assalariado passa a ter um caráter distinto da vida do trabalhador fora do seu trabalho, inclusive do componente doméstico do trabalho necessário. O salário media as duas esferas, ainda

⁷ É importante observar a forma como Vogel se posiciona a respeito de um certo marxismo ultra-abstrato, um marxismo que se diz incompatível com a abordagem da diferença biológica porque supostamente o capitalista e o trabalhador são personificações abstratas, indiferentes ao problema da diferença sexual. Vogel reitera que Marx, por sua vez, nunca disse isso, mas buscou incorporar, à sua maneira, a questão dos distintos papéis sexuais na reprodução social geral.

que não seja a única forma de obter meios de subsistência, ele facilita a reprodução da força de trabalho quando permite a aquisição dos meios de subsistência. Ela sugere que as distintas esferas não estão separadas no sentido concreto, mas elas têm um caráter diferente. E defende, a separação das esferas e o pagamento de salários se materializam no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para a realização do trabalho doméstico (2013, p.159). A autora assegura que as famílias da classe trabalhadora, em unidades domésticas privadas, representam a forma dominante de realização do trabalho doméstico, mas não exclusivamente: o trabalho doméstico também acontece em campos de trabalho forçado, quartéis, orfanatos, hospitais, prisões e outras instituições. Ela abre a possibilidade de discussão das diferentes formas historicamente encontradas de socialização do trabalho doméstico como parte da reprodução social geral, a maior parte realizada nos domicílios, mas também em instituições do Estado, do mercado e em bases comunitárias.

Vogel afirma a existência de uma sobrecarga desproporcional do trabalho doméstico nas mulheres, vinculado a um posicionamento diferencial de homens e mulheres com respeito à divisão sexual do trabalho. A natureza particular do trabalho doméstico no capitalismo industrial, progressivamente apartada do trabalho assalariado, constitui a base de estruturas ideológicas poderosas que opõem a esfera privada e a vida pública, e que gradualmente ganham vida própria. Vogel sustenta que o isolamento do trabalho doméstico parece ser uma separação natural entre homens e mulheres. Ela diz que “uma série de opostos correlatos incorporam a divisão aparentemente universal da vida em duas esferas de experiência: privada e pública, doméstica e social, família e trabalho, mulheres e homens” (2013, p.160, tradução nossa).

Essa frase encerra a ficção em que se inscrevem as identidades “homem” e “mulher”, as diferentes formas sociais assumidas pelo trabalho em termos do dito econômico e não-econômico em aparentes oposições, condicionando, ao menos teoricamente, as diferentes experiências relativas à construção de sexo/gênero e ao trabalho no capitalismo avançado. A autora defende que esses opostos correlatos moldam o caráter especial do trabalho doméstico, gradualmente isolado da esfera “econômica”, o que não significa, entretanto, completa autonomia do modo de produção dominante: o trabalho doméstico é uma forma social de trabalho diferente da forma imediatamente produtiva, mas a sua forma, composição e estrutura interna são diretamente afetadas pela acumulação capitalista (2013, p.160).

Cabe ressaltar a forma como Vogel recorre às reflexões feitas por Angela Davis (1971), em seu artigo publicado na revista *Radical America* (1973), à propósito da natureza do trabalho doméstico – em sua forma histórica relativamente variável. A especificidade que a divisão sexual do trabalho assume no sistema escravista norte-americano aponta para uma contradição explosiva no regime da *plantation* no que diz respeito ao papel da mulher negra escravizada: ela estava plenamente integrada no campo trabalhando para os donos de escravos, forçada a uma “igualdade deformada de igual opressão” em relação aos homens negros, explorada como força produtiva na *plantation*; ao passo que na comunidade de escravos, ela desempenhava o papel de reprodução e manutenção das pessoas escravizadas. Em diálogo com o feminismo-socialista, Davis afirma que se o trabalho doméstico supostamente confirma a inferioridade das mulheres, o “trabalho doméstico” realizado nas comunidades escravas era a única forma de trabalho realizado que poderia não ser direta e imediatamente reivindicado pelo opressor⁹.

⁹Davis sugere que a contradição de ora ser plenamente integrada e explorada como uma força produtiva na *plantation*, ora realizar a atividade produtiva de reproduzir e manter os indivíduos escravizados, nas comunidades, fora do controle imediato dos donos de escravos, fez das mulheres escravizadas mais abertas para a rebelião (1971).

Vogel retoma a ideia do caráter especial do trabalho doméstico e articula isso ao conflito sócio-reprodutivo no capitalismo avançado, ela postula que o impulso pela acumulação implica a existência de uma tensão entre o trabalho assalariado, das oficinas e indústria, e o trabalho doméstico. Como mostrado por Marx (2013), a apropriação de mais-trabalho pode acontecer de diferentes formas: em termos absolutos, ela acontece com o aumento da jornada de trabalho excedente; mas em se considerando os limites de um dia útil, a forma de extração de mais-valia relativa ganha destaque, obtida através do aumento de produtividade com a maquinaria, e de outro lado, com a própria redução dos custos de subsistência, com a redução do tempo de trabalho necessário. A autora afirma que o trabalho doméstico subtrai o compromisso que trabalhadoras e trabalhadores podem ter com o mais-trabalho, objetivamente ele compete com o tempo e as energias disponíveis para o trabalho assalariado:

Se alguém cuida da própria horta, corta a própria lenha, cozinha as próprias refeições e caminha 10 quilômetros para trabalhar, a quantidade de tempo e energia disponível para o trabalho assalariado é menor do que se esse alguém compra comida em um supermercado, mora em um edifício com aquecimento central, come em restaurantes e pega transporte público para ir ao trabalho (p.161, 2013, tradução nossa).

Ela sustenta que as diferenças espaciais, temporais e institucionais entre o trabalho doméstico, voltado para o atendimento das necessidades concretas humanas, e o trabalho imediatamente produtivo, existem em conflito. Uma forma de redução expressiva do trabalho doméstico é a socialização de suas tarefas, o que em parte é prontamente atendido por empreendimentos capitalistas, movido pelos lucros proporcionados. De outra parte, os serviços públicos como saúde e educação de responsabilidade do Estado podem prover outra forma de socialização.

A autora afirma também que a redução do trabalho doméstico total também pode acontecer com o uso de trabalhadores institucionalizados e imigrantes fora das fronteiras nacionais. Mas esses movimentos não passam de tendências gerais, em sociedades de capitalismo avançado – a resolução dessa contradição passa pela resolução dos conflitos de classe de cada sociedade especificamente. Na prática, há diversos obstáculos à socialização do trabalho doméstico, a autora discute os limites socioeconômicos, a aquisição de bens industriais, eletrodomésticos capazes de poupar tempo e esforços impõem elevados custos para as famílias da classe trabalhadora; como políticos, um caso emblemático por ela levantado é o caso dos dormitórios de trabalhadores migrantes alojados em dormitórios ou campos de trabalho forçado – eles reduzem o trabalho doméstico e barateiam os custos de manutenção da força de trabalho, mas como os casos na África do Sul evidenciam, também representam uma ameaça política à classe dominante, uma vez que facilita a organização dos trabalhadores vivendo nessas condições – obstáculos ideológicos, relativo a uma suposta ameaça aos valores familiares tradicionais; e num certo sentido, no fator biológico, apesar da possibilidade de socializar a maior parte do trabalho doméstico, a capacidade de engravidar continua assentada nas mulheres (2013, p.163).

Vogel insiste que o trabalho doméstico no capitalismo assume um caráter simultaneamente essencial, quando cria geracionalmente e mantém boa parte da força de trabalho ativa, explorada; por outro lado é um empecilho, um entrave à acumulação irrestrita, ele tem uma forma de organização própria que tende limitar a disponibilidade da força de trabalho. A classe dominante procura estabilizar a reprodução a um custo mínimo; a classe trabalhadora luta para ter as melhores condições de reprodução da força de trabalho, e essa luta assumiu historicamente formas variadas, ela pontua alguns

temas frequentes na literatura feminista socialista, como a questão da determinação do valor da força de trabalho, o ideal homem-ganha pão e o salário familiar, a participação de mulheres na força de trabalho, a discriminação no mercado de trabalho, as leis de proteção ao trabalho, por exemplo.

As implicações desse conflito sócio-reprodutivo, a saber, relativas aos limites concretos à socialização das tarefas domésticas, refletem uma participação desigual de mulheres não apenas nas chamadas “atividades econômicas”, mas na vida política de forma mais ampla, nas relações pessoais e no âmbito cultural.

2. A questão da igualdade moderna e a luta por direitos democráticos

À propósito da falta de igualdade social real para as mulheres, Vogel expõe o problema da igualdade e liberdade moderna. O fenômeno da igualdade, na abordagem marxista, é analisado enquanto um aspecto do modo de produção capitalista, na articulação entre as esferas da produção e da circulação. Mais do que meramente uma promessa, entende-se que a igualdade entre as pessoas é uma característica da acumulação capitalista. Como discutido por Marx (2013) no Volume I do *Capital*, o valor surge num processo de equalização do trabalho humano. A mercadoria possui tanto valor de uso quanto valor de troca. A troca é possível uma vez que a mercadoria corporifica diferentes formas do trabalho humano abstrato, quer dizer, a troca de mercadorias cria uma equivalência entre diferentes tipos de trabalho útil concreto, ela estabelece uma equivalência de valor entre diferentes mercadorias. A expansão do capitalismo cria um crescente nivelamento, uma crescente homogeneização de diferentes formas de trabalho humano, que é a base do valor. Como defende Marx,

A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato (2013, p.208).

No caso da força de trabalho, ele diz ironicamente que para a troca ser estabelecida entre o capitalista, que detém o dinheiro, e o trabalhador, portador da força de trabalho, o trabalhador deve estar duplamente livre, ele deve ser o proprietário livre de sua força de trabalho e não estar enredados em relações restritivas, como as relações feudais, pessoalmente dependentes; ao mesmo tempo, o trabalhador deve estar livre de dispor de outra forma da sua força de trabalho, livre de alternativas. Essa é a base da chamada “troca de equivalentes”, e constitui o cerne da igualdade política, forma particular da igualdade na sociedade capitalista.

Marx (2013 [1867]) diz que se na esfera da circulação, em que o valor se realiza, deve reinar a liberdade, a produção econômica por sua vez – onde a força de trabalho é consumida e a mais-valia de fato é produzida – é permeada por uma disputa, não em torno de um contrato individual, mas entre a classe capitalista e classe dos trabalhadores: na esfera da produção, as regras da exploração, do poder econômico regem a relação entre capitalistas e trabalhadores, não a igualdade política. O fenômeno da liberdade individual é um atributo observável, ligada à exploração da classe, ao mesmo tempo afirma que o capitalismo une liberdade política e restrição econômica, numa tensão característica do modo de produção dominante. Vogel (1983, p. 171) reafirma, a história mostra que o capitalismo é compatível com mercados de trabalho estratificados e acordos políticos altamente antidemocráticos.

À propósito da igualdade formal, Vogel lembra, a Declaração de Independência dos EUA, em que é “evidente” que todas as pessoas são “criadas iguais, dotadas pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis como Vida, a Liberdade, e a Busca da Felicidade”, contudo a Constituição do país excluiu os escravos, mulheres e os

sem propriedade do mesmo estatuto de cidadãos. E assegura que boa parte da história reflete as lutas populares para a radicalização da igualdade, a demanda dos movimentos revela a intensificação do desejo de liberdade prometido pelo capitalismo e jamais consistentemente entregue. Inspirada na questão dos direitos democráticos, abordada por Lenin¹⁰, ela sustenta que a igualdade no capitalismo tem um aspecto contraditório e, nesse sentido, a luta por direitos democráticos tem uma importante implicação revolucionária: quanto mais se estende o direito a todas as pessoas, mais se revela o caráter econômico e social opressivo do capitalismo. A luta pela expansão dos direitos ameaça o domínio das relações capitalistas em duas frentes: ela reduz as divisões dentro e entre as classes oprimidas; e ao expandir o direito a cada vez mais pessoas, ela revela que o fundamento da sociedade burguesa não é a igualdade, mas a exploração. Vogel conclui que a luta por direitos democráticos, ainda que nos moldes da democracia burguesa, longe de mero reformismo, pode apontar para a superação do capitalismo (1983, p.172).

O caráter específico da opressão às mulheres na sociedade de capitalismo avançado, para Vogel, tem raiz na dupla posição particular em relação ao trabalho doméstico e à igualdade de direitos. Quer dizer, não apenas em relação ao trabalho doméstico e ao trabalho assalariado, como levam a crer algumas abordagens *economicistas*¹¹. Na sua visão, as mulheres têm uma posição diferente em aspectos materiais importantes da reprodução social, e as mulheres da classe trabalhadora particularmente. Por definição, apenas as mulheres da classe trabalhadora tem a capacidade de manter e renovar a força de trabalho, o que não significa que mulheres burguesas não sejam oprimidas. Ela diz que as convenções discriminatórias de sociedades anteriores são reforçadas e reformuladas pela política discriminatória burguesa. A questão jurídica, as práticas sociais informais sustentam a opressão às mulheres no capitalismo avançado. É verdade que na maioria das sociedades de capitalismo avançado houve uma redução progressiva do isolamento das mulheres nos domicílios e um aumento de participação no trabalho assalariado.

Os movimentos de mulheres no século XX avançaram em temas sensíveis, a questão da desigualdade nos códigos legais, no mercado de trabalho, a luta da remuneração igual por trabalho igual e igualdade de oportunidades, até a igualdade na esfera privada – a autora destaca a liberdade de orientação sexual e no direito de ter ou não ter filhos – em boa parte considerada formalmente fora do escopo legal de reparação social. A permanência do status especial das mulheres, contudo, permite que a falta de igualdade trabalhe a favor do capital. O avanço na esfera da igualdade burguesa no século XX frente à realidade brutal levanta a questão da igualdade substantiva para as mulheres. Ela diz que sobre a falta da igualdade social real se organizam os movimentos de mulheres, tendo a capacidade de, potencialmente, unir mulheres de diferentes classes e setores, ainda que haja uma variedade de movimentos, com orientações políticas distintas. A autora observa, contudo, que a resposta oferecida pelo feminismo liberal, e o objetivo de igualdade individual, mera igualdade entre homens e mulheres, soa altamente inconsistente com boa parte da realidade vivida pelas mulheres, mulheres trabalhadoras, negras, migrantes e indígenas¹².

A respeito dos limites da democracia burguesa, a autora sustenta que a falta de igualdade esbarra na posição diferente de homens e mulheres em relação à reprodução

¹⁰ *A Emancipação da Mulher* (The Emancipation of Women), Lenin (1966).

¹¹ Ela menciona os trabalhos de Margaret Coulson, Branka Magas e Hilary Wainwright (1975) e também Jean Gardiner (1977).

¹² Nos países de capitalismo tardio, Vogel afirma que as contradições histórico-específicas fazem com que as tensões entre a igualdade burguesa e a igualdade substantiva tendem a ser mais percebidas pelo movimento de mulheres, e isso poderia apontar para um movimento com horizonte socialista.

social no capitalismo, e por mais que se expanda a democracia, sobre isso não há legislação alguma que seja capaz de reparar a responsabilização desproporcional do trabalho doméstico e de cuidados sobre mulheres, as mulheres trabalhadoras, posto que a esfera da produção e a reprodução formam uma totalidade contraditória no capitalismo: o capital sistematicamente desvaloriza e relega as atividades domésticas e dos cuidados à esfera doméstica, privada; ao mesmo tempo em que ele está inegavelmente apoiado sobre diferentes formas sociais de realização da reprodução social, que formam a base do trabalho humano e, portanto, do valor. O caráter especial do trabalho doméstico abordado por Vogel, nem diretamente subsumido ao capital, nem à margem da sociabilidade capitalista, está no centro da tensão sócio-reprodutiva.

Para a autora, apenas no horizonte revolucionário socialista é possível imaginar a conquista da igualdade social real para todos. Concretamente, o que acontece com o trabalho doméstico nessas sociedades é uma questão do acontecer histórico, contudo a autora delinea algumas características gerais do período de transição socialista, uma vez que a chamada revolução deve tomar um longo caminho para além da simples abolição das classes.

Numa sociedade comunista, tem-se teoricamente o objetivo de incorporar o trabalho doméstico à produção social geral, num longo processo de sua redução e redistribuição, quer dizer, a socialização progressiva do trabalho doméstico. O que deve ser feito, a princípio, não por políticas indiferentes ao gênero, mas que coloquem as necessidades das pessoas, e não a acumulação de excedente, como o motor da produção social. A autora pondera que uma oposição entre dois componentes do doméstico continuaria em vigor: uma parte social, outra ainda doméstica, privada – conectada às diferenças a nível biológico entre homens e mulheres. A autora apresenta o problema da democracia nas sociedades socialistas e afirma a sua necessária transformação, para promover os direitos iguais efetivos. Quer dizer, ela diz que o trabalho doméstico tem um caráter material persistente, que nenhuma legislação por si só pode superar. Sustenta que para contornar a sobrecarga de trabalho doméstico às mulheres, é necessária a socialização de boa parte de suas tarefas e o compartilhamento do restante, entre homens e mulheres, quer dizer, através de um princípio ético-político. Vogel diz que a sociedade socialista deve perseguir ambos os caminhos para alcançar a igualdade social real.

Baseado em alguns estudos cuidadosos sobre a transição socialista, na prática, ela diz que houve avanços com relação à participação de mulheres na produção pública e na vida política. Contudo, essas sociedades têm sido incapazes de contornar os problemas do trabalho doméstico, no interior doméstico-familiar, e da opressão às mulheres de forma sistemática. Com isso, e mesmo sem relacionar abertamente às formações sociais patriarcais anteriores¹³, ela sugere que a questão da subordinação está para além da abolição da sociedade de classes. Por fim, o problema da democracia no socialismo, ao passo que questiona as contradições no capital, tem em si mesma um caráter contraditório: ela diz, conforme Marx, "direito igual [na sociedade socialista] é um direito desigual para trabalho desigual".¹⁴ Assim, ela sugere algumas políticas específicas para as mulheres, um tratamento desigual em determinados momentos, baseada no entendimento da posição diferencial de homens e mulheres com relação à reprodução social e os obstáculos à sua superação sem a intervenção política, consciente e planejada.

Considerações finais

¹³ Em determinados momentos, Vogel usa o termo "sistema de supremacia masculina"

¹⁴ *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012).

Procuramos apresentar algumas considerações iniciais à obra *O Marxismo e a Opressão às Mulheres: em direção a uma teoria unitária*, focando nos aspectos da relação contraditória entre a esfera da produção e da reprodução em sociedades de capitalismo avançado, a partir de contribuições originais da autora acerca do caráter especial do trabalho doméstico, em suas diferentes formas sociais. Nem tão diretamente subordinado ao capital; nem isolado, autônomo em relação às formas de sociabilidade capitalistas. Esboçamos algumas implicações estratégicas da sua teoria, não no intuito de esgotar a discussão, mas compreender de que forma ela abre caminho para uma abordagem integrativa da opressão-exploração, para a análise de outras realidades histórico-específicas, e também como matéria de intervenção política recente. Sobre os movimentos de mulheres, e sua potência revolucionária, Vogel diz que a esquerda raramente tem sido capaz de intervir de forma construtiva, e que sua fraqueza residiria, em parte, na falta de uma teoria adequada (2013)[1983] – e talvez possamos acrescentar, a marginalização da produção teórica feminista socialista existente como parte do problema.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2018.

ARRUZZA, Cinzia.; BHATTACHARYA, Tithi.; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. Pluto Press, 2017.

BRENNER, Johanna. Review: Marxist Theory and the Woman Question. *Contemporary Sociology*.V.13, n.6, pp. 698-700, 1984.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. The power of women and the subversion of the community. *Falling Wall Press*, 1975 [1972].

DAVIS, Angela. Reflections on the black woman's role in the community of slaves. *The BlackScholar*, Vol.3, N.4, 1971.

FEDERICI, Silva. Salários contra o trabalho doméstico. In: _____. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019 [1975].

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, 2º semestre de 2017 [2013], pp. 23-59

FERGUSON, Susan. *Women and Work: Feminism, Labor and Social Reproduction* (2019).

FRASER, Nancy, JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo, Boitempo, 2020.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage Between Marxism and Feminism: towards a more progressive union. *Capital & Class*, vol. 3, jul. 1979, pp. 1-33

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.25(3), set-dez/2017, pp.1001-1016

MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Leiden e Boston: Brill, 2013 [1983]

VOGEL, Lise. The Earthly Family. *Radical America*. Vol. 7, N4 e 5 Jul-Out 1973, p.9-50